



Os Panoramas Brasileiros d'O Panorama

Panoramic Brazilian News in O Panorama

MARIA APARECIDA RIBEIRO

Universidade de Coimbra



Resumo: Este trabalho comenta as notícias sobre o Brasil divulgadas na revista portuguesa *O Panorama*, entre 1837 e 1868: frutas e flores exóticas, mas quase nenhuma produção intelectual.

Palavras-chave: Periódicos portugueses; Brasil; Romantismo

Abstract: This paper says the news about Brazil published in the Portuguese magazine *Panorama*, between 1837 and 1868: exotic fruits and flowers, but almost no intellectual production.

Keywords: Portuguese Journals; Brazil; Romanticism

1 Uma publicação balzaquiana (ou quase)

Publicado pela primeira vez em Lisboa, no dia 6 de maio de 1837, *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, teria seu último número, o 52, do terceiro ano da quinta série, em 1868. Essa existência de trinta e um anos não foi, porém, contínua, como também não manteve por todo o tempo a mesma chancela nem tão pouco os mesmos redatores.

A primeira série da publicação engloba cinco volumes saídos de 1837 a 1841; a segunda, que terá três volumes, inicia-se em janeiro de 1842 e vai até dezembro de 1844, quando o reduzido número de assinantes obriga a suspender a edição do periódico. Em 5 de setembro de 1846, então com o subtítulo *Semanário Literário e Instrutivo* – e já sem o patrocínio da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis¹ – *O Panorama* voltará a surgir: é o seu nono volume, mas o primeiro da terceira série, que se estenderá até dezembro de 1856, com a edição do volume XIII.² Uma quarta série, com dois volumes, irá de 1857 a 1858, e uma quinta e última, de 1866 a 1868, quando se publica o volume XVIII.

2 O espírito de missão

Apesar das mudanças de subtítulo porém, a Literatura e a Instrução, nunca foram dele banidas. E por quê? É que *O Panorama* fazia parte de um programa da Sociedade

Propagadora dos Conhecimentos Úteis, criada com o patrocínio da rainha D. Maria II, que, com a família real, figurava entre os seus acionistas: “Propagar os conhecimentos úteis por todos os meios de que se possa dispor e, desde já, por meio de uma publicação semanal”, dizia a Art. 1º, cap. I dos Estatutos da referida Sociedade, criada em 1837.¹²

Constituindo um dos “jornais de instrução popular”,³ o periódico procurava “introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução, porque ele é o espírito do nosso tempo e porque esta tendência é generosa e útil” e buscava levar a ciência “tanto ao teto do abastado”, como ao “abrigo do pobre”, porque “o nosso povo ignora imensas cousas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes que, pela sua posição social, deviam ser ilustradas”.⁴

¹ Editado na Typographia da Sociedade, *O Panorama* passa para a Typographia de A.J. Flores, a partir do volume IX até ao XI, quando é publicado pela Typographia do Panorama até o volume XII, quando volta à de A. J. F. Lopes, embora no mesmo endereço (Travessa da Vitória, 52). A Typographia de A. J. Lopes teria ainda a responsabilidade da edição dos volumes XIII e XIV. O XV sairia novamente pela Typographia do Panorama e os três últimos volumes pela Typographia Franco-Portuguesa.

² Do volume X ao XV, o subtítulo volta à forma inicial – *Jornal Literário e Instrutivo* – para, depois, a partir do volume XVI (1866), aparecer outra vez como *Semanário de Literatura e Instrução*.

³ Por instrução popular entendia-se a “a cultivação do espírito e não o ensino das artes fabris ou mecânicas, a que muita gente dá aquele nome” Cf. v. II, n. 75, de 6 de outubro de 1838, p. 315.

⁴ v. I, n. 1, 6 de maio de 1837, p. 1.

Daí que, “movidos por um generoso instinto” e procurando suprir o que o ensino em Portugal, “desamparado, moribundo, dificultado por mil contradições e barreiras que se opõem ao seu desenvolvimento” não tem feito pela “civilização do povo português”, os redatores de *O Panorama* se vejam como “sacerdotes humildes desta nova religião, que nasceu com o Cristianismo, que vive com ele, e que, não na doutrina, mas nos benefícios o completa”.⁵

Por isso, em conformidade com o Art. 51 dos Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, com o objetivo de facilitar aos alunos dos estabelecimentos pios a sua leitura, *O Panorama* teria alguns exemplares gratuitamente distribuídos pela “Casa Pia, Casa d’Expostos, Asilos de Primeira Infância, aulas de Instrução Primária” etc.

Desta missão faz também parte a reabilitação da língua portuguesa, uma faceta ligada ao nacionalismo⁶ que emana do periódico, como se pode depreender destas palavras de António de Oliveira Marreca (1805-1889), um dos fundadores d’ *O Panorama*, no editorial do n. 54 de 1843:⁷

Cuida-se a linguagem e o estilo mais do que até agora. Buscam-se, consultam-se, estudam-se, e reprimem-se os clássicos: citam-os, elogiam-os, e vai sendo quase moda [Deus queira que chegue a ser mania] escrever em português. Muitos, na verdade, ainda barbarizam; mas contra esses são os escritores escrupulosos uma espécie de antídoto, porque há na memória e na consciência do povo uma luz que lhe ensina a distinguir o trajo português, próprio da língua, dos vestidos alheios e mal ajustados que a desfiguram. [...] Esta luz nos guiará, até que apareça a da crítica.

3 Os assuntos

Apesar das considerações de que “negar o aperfeiçoamento intelectual do homem; deixá-lo na bruteza e na ignorância é um ato imoral, um menoscabo de deveres sagrados e, por consequência, um crime”,⁸ *O Panorama* não ofereceu aos leitores comentários ou notícias sobre a vida política de Portugal, que, entre 1837 e 1844, foi bastante conturbada, apesar de os Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, em seu artigo 47, preverem a publicação de “considerações sobre a História Nacional e Estrangeira”: é que o Art. 49 determinava que não deveria haver “jamais” intromissão “em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos”. Por isso, talvez, a “Introdução” do 3º volume da 2ª série (1844), sete anos depois de haver vindo a lume pela primeira vez, afirma:

foi *O Panorama* a primeira publicação do seu género que tinha revocado certa afeição pelas coisas que o passado tinha boas e veneráveis, sem que isso traísse a missão de progresso que cabia aos escritores que sabiam quais os destinos da época presente [...] *O Panorama* tem procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades e tradições do belo e grandioso que enobreceu esta nossa boa terra em eras remotas”.⁹

Mas nem só conhecimentos a respeito da “História Nacional e Estrangeira” são difundidos. Os Estatutos da Sociedade Propagadora (art. 47) previam que o periódico estampasse também “notícias de antiguidades e monumentos; estatística e geografia do país, biografia dos nossos varões ilustres, em armas e letras; literatura propriamente dita, compreendendo os elementos da teoria do discurso e a sua aplicação à Língua Portuguesa.” Além disso preconizavam: “A Jurisprudência, a Economia Política, o Direito Administrativo, a Indústria, o Comércio, as Belas-Artes servirão também de assunto a alguns artigos, pobres de aparato tecnológico, ricos de noções simples e úteis”.

Essa ligeireza era justificada, já na “Introdução” ao primeiro número, pela impossibilidade de fazer chegar a todos “essa multidão de escritos especiais sobre todos os conhecimentos humanos, esses inumeráveis livros acumulados por toda parte em bibliotecas imensas” e pelo facto de “o homem público, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa” terem poucas horas de repouso para “folhear centenas de volumes e embrenhar-se em meditações profundas, que só uma aplicação constante pode tornar proficuas”.¹⁰

No entanto, no segundo volume, em 1838, era dito aos assinantes que se abandonara o modelo do *Penny Magazine*, pois se “em Inglaterra, como em França e Alemanha, o ler é uma necessidade intelectual”, constitui em Portugal “um prazer”.¹¹ Neste *docere cum delectare*, mudou-se a distribuição das seções, por que se concluiu que os leitores podiam ser divididos em três grupos e se pretendeu atender a todos: os “que pretendem só instrução, sem lhes importar a forma”; os que “gostam de instruir-se recreando-se”; os “que só na leitura buscam passatempo para matar o tédio, e a quem cousas singelas, claras, comuns ou frívolas, só agradam.” *O Panorama*

⁵ v. I, 2ª série, 1º de janeiro de 1842, p. 1.

⁶ Repare-se que não só a Direção de *O Panorama* deseja melhorar o nível civilizacional português através da leitura, como também procura escolher um papel fabricado na Lousã e tipos de fundição nacional (cf. editorial de 1º de Janeiro de 1842)

⁷ v. II, 2ª série, n. 54, de 7 de janeiro de 1843, p. 2

⁸ v. II, n. 75, de 6 de outubro de 1838, p. 315.

⁹ v. 3º, 2ª série, n. 106, 6 de janeiro de 1844, p.1-2.

¹⁰ v. I, nº1, 6 de maio de 1837, p. 1.

¹¹ Cf. v. II, nº36, 6 de janeiro de 1838, p.1-2.

passou, assim, a ter duas partes distintas: uma com artigos mais extensos, relativos às “ciências naturais, aos quadros históricos, à geografia, à topografia, aos monumentos, à economia, à literatura”, e a “todos os mais objetos graves e importantes”; outra, “com artigos breves, variados, e de menos monta, posto que tendentes sempre, quando for compatível com a sua natureza, à instrução comum, não sendo daí inteiramente desterrada a ciência”.¹²

Claro que a seleção e hierarquização de assuntos, assim como a forma de os apresentar, levava a marca do espírito romântico de que estava imbuído o jornal e que fica bem claro, quando seus redatores, que “veneram as formosas e santas recordações da história” se colocam num campo que não é o daqueles para quem “as novas ideias sobre a ordem social não importa reforma, porém, sim, fundação”.¹³

3.1 *As pílulas de Brasil*

Desde o seu primeiro número, circulou *O Panorama* por terras brasileiras. Assim, embora não seja essa uma razão declarada, era preciso também nele inserir alguma notícia que as contemplasse e, com isso, cativar o público leitor do outro lado Atlântico, ao mesmo tempo que se maravilhava os portugueses com as possibilidades da ex-colônia. Mas, se os “irmãos d’além-mar acolheram o trabalho de alguns homens desconhecidos para eles, em proveito de todos os que falam a formosa língua portuguesa”, também nessa ampliação de público a ideia de missão se fazia presente, e, mais que nunca, unida ao paternalismo, neste editorial:

A aceitação protetora de dois povos, um rico em tradições e renome, outro de futuro e esperanças – é a recompensa mais grata das nossas literárias tarefas – tarefas a que, no anónimo em que se envolve modestamente a redação de uma obra periódica, falta o aguilhão da glória, e que só podem ser animadas pela voz íntima da consciência, que nos assegura termos contribuído, quanto em nós cabe, para melhorar os homens por meio do derramamento de luzes. (“Aos Leitores”, v. I, 2ª série, 1 de janeiro de 1842, p. 1)

Encarada a situação por esse ângulo, de que o Brasil precisava de ainda mais luzes que Portugal, pois era ainda uma promessa, um povo “de futuro e esperanças”, o facto de não aparecerem poetas e escritores brasileiros nas páginas de *O Panorama*, em toda a sua existência, parecia natural: apesar de já haver dado os primeiros passos no Romantismo, de Magalhães e seus companheiros terem lançado em Paris, em 1836, a revista *Nitheroy*, de Gonçalves Dias haver publicado em 1846 os seus *Primeiros Cantos*,

com elogios de Alexandre Herculano, um dos diretores do periódico português, de *O Guarani* e *Iracema* terem vindo a público, apenas um pequeno excerto de Tomás António Gonzaga e um poema (de autor português) dedicado a Casimiro de Abreu encontram espaço. É verdade que, volta e meia, *O Caramuru*, elogiado por Denis e com edições portuguesas, aparece citado. Mas nem assim merece destaque que ultrapasse algumas epígrafes de textos dedicados ao Brasil. O único escritor brasileiro – se assim se pode chamar – que tem vez é Francisco Adolfo Varnhagen,¹⁴ historiador como Herculano e que publica um seu inédito – *A Crónica do Descobrimento do Brasil* –, e *Sumé, lenda mito-religiosa Americana, recolhida em outras eras por um índio moranduçara, agora traduzida e dada à luz, com algumas notas, por um paulista de Sorocaba*.

Se no segundo título e subtítulo mostram a ironia de Varnhagen para com os índios e suas tradições (o que ficará ainda mais patente num outro texto incluído n’*O Panorama* e do qual adiante se tratará), no primeiro, transpõe o género do texto de Caminha: de carta passa ele a crónica, o que implica uma série de outras mudanças, de que a mais significativa está no facto de o escritor que regista ocorrências presenciadas dar lugar ao cronista-historiador que olha os acontecimentos com os pés no seu século e confronta textos, discutindo a sua veracidade e acrescentando dados históricos, exteriores ao Achamento do Brasil. Além disso, ao historiador soma-se o escritor, que imagina cenas, sonha paisagens e ri de alguns episódios contados, a seu ver, ingenuamente pelo escritor de Cabral.

Por todo o texto, o narrador da *Crónica* enaltece as qualidades de Pêro Vaz – a “muita agudeza”, o “espírito observador” e a “cortesia” – e lembra que tais predicados o ajudariam, se nascido em Oitocentos, a prestar “grandes serviços na carreira diplomática”. Esse elogio acaba por estabelecer um pacto, além do já existente com a entidade autoral: Caminha passa a ser o ancestral do cronista dezanovesco e, conseqüentemente, de Varnhagen que, não nos podemos esquecer, além de ter mudado a feição da historiografia brasileira, também exerceu missões na diplomacia. O culto do eu impele Varnhagen, pai da então nascente historiografia brasileira, a destacar a figura de Caminha e a consagrá-lo como seu ancestral: “historiador”, ele “lê no rosto de cada um” [...] “memória e coordena tudo quanto se passa”. O escritor de Cabral produz, na visão do Visconde de Porto Seguro, um texto ingénuo, é verdade, mas esse é o passado da historiografia, que ele,

¹² Ibidem.

¹³ v. III, 2ª série, n. 106, 6 de janeiro de 1844, p. 1.

¹⁴ Nascido a 17/2/1816, em Sorocaba, São Paulo, filho de pai alemão e mãe portuguesa, foi educado em Portugal e viveu no Brasil dez anos da sua existência. Faleceu a 29/6/1878.

membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pretende renovar.¹⁵

Sobre literatura brasileira o texto mais longo é um artigo não assinado (mas imagino que também de Francisco Adolfo Varnhagen), bastante calcado (aliás, o próprio articulista o declara) na conhecida reflexão de Ferdinand Denis sobre o caráter que a literatura deve assumir no Novo Mundo.¹⁶

Entre os textos literários de cenário brasileiro, vale chamar a atenção para as *Cenas da Escravatura*, assinado pelo português Francisco Maria Bordalo (1821-1861), que contemplam a escravatura negra e a branca, esta, claro, a dos imigrantes. Curiosamente, enquanto o que o autor diz da escravatura negra acaba por frisar o pitoresco e até a bondade dos senhores brancos, o que escreve sobre a escravatura branca tem a marca do drama.

Como não podia deixar de ser, em função da recém-independência brasileira, a história que ocupa espaço são os episódios passados no Brasil-colônia, assim como as biografias selecionadas, de heróis e de vultos históricos, incidem sobre figuras portuguesas que se destacaram em terras de Santa Cruz ou que nascidas do outro lado do Atlântico vieram para a Europa, onde tomaram, por assim dizer, um banho de civilização (o texto nem sempre o diz ou não o diz com todas as letras, mas pode-se subentendê-lo). No primeiro caso, estão João Fernandes Vieira e D. Pedro I; no segundo, Sua Alteza Imperial D. Maria Amélia e a rainha D. Maria II, às quais se junta, trazido pela pena de Varnhagen, Salvador Correia de Sá e Benevides que, nascido no Rio de Janeiro, sempre esteve com suas armas ao serviço de Portugal – até no reino de Angola.

A exceção a todas as regras, mas cuja razão de ser perfeitamente se compreende, é o Imperador Pedro II: vivo e com “quase trinta anos de um reinado justo e equitativo”¹⁷ é protetor do Instituto Histórico e Geográfico, de que é presidente honorário¹⁸ o rei D. Fernando de Portugal e faz parte o Visconde de Porto Seguro, colaborador d'O Panorama. Pedro II aparece nas páginas d'O Panorama, por seus méritos pessoais e não propriamente pelos do seu “império imenso, recortado de rios caudalososíssimos, e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vai debruçar-se no oceano sobre as novecentas léguas de costa [...] considerado como o ponto central da civilização do Novo Mundo”.

A visão de paraíso dessas linhas é, aliás, a que impregna os textos de viagem impressos nas páginas do periódico:

O rio de Santos, na província de S. Paulo, é como um tapete de lhama de prata, lançado negligentemente sobre uma planície de verdura. Estreito, mas fundo, abrigado de todos os ventos, presta por mais de uma légua fácilíssima passagem aos navios de qualquer porte, que, por entre duas fi leiras de mato rasteiro,

seguem o capricho das águas em seu leito de graciosos contornos. Encravado no rio, o viajante não descortina passagem que o leve para fora do contínuo círculo de vegetação que se lhe apresenta; e mais ao longe e por toda a parte os recortes de altas montanhas parecem negar-lhe a comunicação com o oceano. Uma légua acima da foz, encontra-se a cidade, assentada na margem direita do rio; nenhum monumento d'arte a adorna, mas o seu aspeto é risonho, as suas mulheres são formosas, os homens hospitaleiros, e o movimento comercial avultado.

Mas se os textos de viagem podem ser considerados literatura, os que se propõem de Geografia, talvez pelo *docere cum delectare* de que o periódico está investido, não ficam muito longe. A variedade, a profusão, a quantidade e a qualidade são características da terra brasileira: “Tudo quanto Flora e Pomona podem oferecer de peregrino se encontra naquele abençoado torrão.¹⁹ Seria ridículo querer resumir nestas poucas linhas o que tem sido objeto das locuções de muitos sábios distintos, e constitui a matéria de muitos volumes.”²⁰

Para abreviar esta consulta difícil é, certamente, que *O Panorama* oferece a seus leitores algumas pílulas de Brasil que se concentram na flora e na fauna. Estas focam o que seria exótico para o povo português e, muitas vezes, óbvio para o brasileiro, embora a forma de apresentar seja a mais científica possível, como é o caso da notícia sobre o ananás. Há ainda, outros textos de extensão média que, não mostrando determinado animal ou vegetal como principalmente do Brasil, referem que também lá ele existe, caso da sumaúma, ou que para lá foi transplantado como é o caso da fruta-pão, junto com a qual se dá notícia dos antecedentes do Jardim Botânico, depois “criado” por D. João.

Mas há exotismos que merecem duas notícias, como a vitória-régia!

No entanto, o que parece ser mais exótico tanto para portugueses quanto para brasileiros, são os índios. Estes, além de merecerem muitas páginas em vários números da publicação, são contemplados com um artigo de Varnhagen “Os índios perante a nacionalidade brasileira” – que, aliás, tem por base outro, do mesmo teor e quase idêntico²¹ e que mereceu uma resposta violenta de Manuel

¹⁵ Para uma leitura mais completa desse texto de Varnhagen, v. Maria Aparecida Ribeiro, *A Carta de Caminha e seus Ecos*, Coimbra-Braga, Angelus Novus, 2003.

¹⁶ Cf. v. V, n.º 214, 5 de junho de 1841, p. 182-183.

¹⁷ v. XV, 2º da 3ª série., n.º 44, 30 de outubro de 1858, p. 345.

¹⁸ Categoria especial a ser constituída pelos príncipes da família imperial e integrantes das famílias reais estrangeiras.

¹⁹ No caso, a serra dos Órgãos.

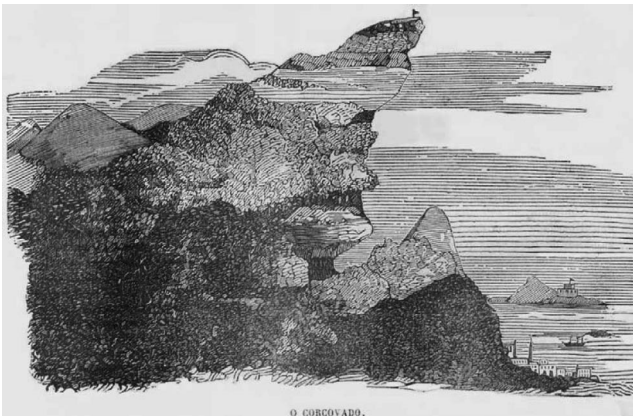
²⁰ v. XI, 3º da 3ª série., n.º 48, 2 de dezembro de 1854.

²¹ Com o nome de “Memorial Orgânico” e publicado pela primeira vez em 1850, voltou a aparecer em 1851 na revista *Guanabara*, e, como inédito, n' *O Panorama* de 1857.

Antônio de Almeida: “Civilização dos indígenas – duas palavras ao autor do ‘Memorial Orgânico’.

3.2 As “fotografias” do exótico

Ao fazer este balanço dos panoramas brasileiros de *O Panorama*, vale a pena analisar as ilustrações. Tendo a seu serviço bons desenhistas e gravadores, como Bordalo Pinheiro, Le Ribeiro, Fonseca, Pedrozo, Coelho, o periódico ainda se esforça por repetir gravuras quando não se satisfaz com a qualidade das que publica, caso da residência imperial em São Cristóvão (Rio de Janeiro). Como a querer reforçar o deleite das notícias ou a esclarecer ainda mais o que é dito, elas aparecem com bastante frequência no caso do Brasil, seja para mostrar vista de cidades, de montanhas, de rios, de portos, figuras ilustres, flora, fauna, tribos indígenas, maneiras de plantar e transformar produtos vegetais. Há, porém, casos curiosíssimos, como o da Serra dos Órgãos e do Corcovado, que surgem quase irreconhecíveis: o desenhista mal informado ou insatisfeito talvez com o singular Dedo de Deus, onde só o indicador aparece aberto, figura quatro dedos apontando o céu. Já no caso do Corcovado, o que está em primeiro plano não é o morro onde, muitos anos mais tarde, foi posta a imagem de Cristo, mas uma rocha com alguma vegetação, mas tão retorcida e envolta em nuvens, que mais parece o Adamastor.



O CORCOVADO.

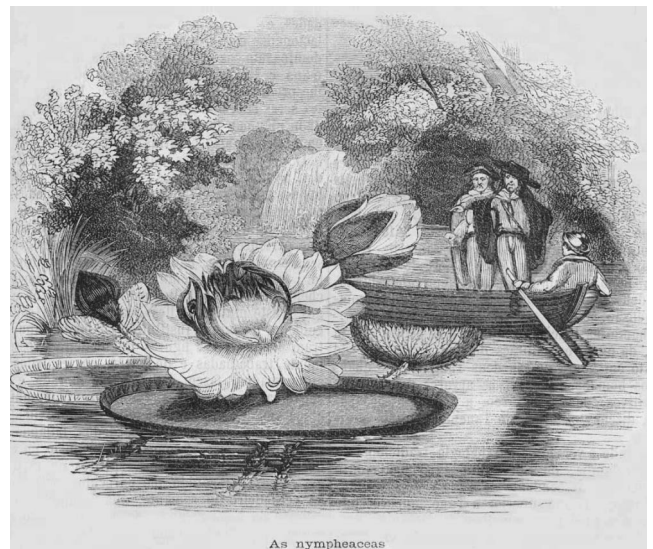
No caso da fruta-pão (nome com que é conhecida ainda hoje, pelo menos no Rio de Janeiro, para onde foi, em 1811, enviada de Caiena, pelo desembargador Maciel da Costa, ali intendente geral), a imagem que figura n’*O Panorama*, como “fruto do pão”, lembra duas belas e grandes laranjas, pela forma arredondada que lhes deu o desenhista. Este, desconhecia, com certeza, a de formato alongado, que lembra o do abacaxi (eram assim as frutas-pães da minha infância, abundantes nos jardins do Hospital Presidente Vargas, que pertencia ao SAMDU

e onde muito brinquei sozinha, enquanto minha mãe organizava o corpo de enfermagem; também ainda são assim, compridas, as do Parque Laje, no Jardim Botânico). O parentesco da fruta-pão com a jaca fica, porém, muito bem assinalado pelos pequenos bicos que cobrem toda a casca.



O FRUTO DO PÃO.

A gravura da vitória-régia dá também uma imagem bastante distorcida do original: imaginando talvez que o mais interessante na planta seja a flor, cuja coloração muda do primeiro para o segundo dia de existência, o desenhista confere-lhe proporções que ultrapassam as das folhas e até as do barco, quando, na realidade, apesar de grande (até 30 cm de diâmetro), a flor é menor que as folhas; sob estas, sim, que chegam a 2m de diâmetro, é que se pode esconder um jacaré. Mas não pára aí a distorção: quem poderia andar no Rio Amazonas com os ponchos de lã e os chapéus de feltro das pessoas que aparecem na ilustração?



As nymphaeaceas

4 Sinais dos tempos

Ao falar dessas pílulas de Brasil de *O Panorama*, lembro-me de Macabéia, a alagoana personagem de Clarice Lispector, em *A Hora da Estrela*. Ela gostava de ouvir a Rádio Relógio, “que dava ‘hora certa e cultura’”, “a rádio perfeita, pois entre os pingos do tempo dava curtos ensinamentos dos quais algum dia talvez viesse procurar saber”. Havia sido a Rádio Relógio que lhe ensinara ser o cavalo o único animal que não cruza com filho, assim como lhe dera a conhecer que o Imperador Carlos Magno “era na terra dele chamado Carolus”.²² Fora entre as informações minuto a minuto que ela colhera assunto para conversar com Olímpico de Jesus, o namorado paraibano e metalúrgico. É no mesmo estilo instigante da curiosidade que ela inicia o diálogo: “Você sabia que na Rádio Relógio disseram que um homem escreveu um livro chamado ‘Alice no País das Maravilhas’ e que era também matemático?”

Criada em 1956, no Rio de Janeiro, a Rádio Relógio, a ZYJ465, marcou época na história do rádio brasileiro.

As curiosidades, a cultura em pílulas que distribuía era, para muitos, a única fonte de informação; para outros, ajudava a passar o tempo, entre a marcação-anúncio de um segundo e o do segundo seguinte. Depois, mudou de mãos, mas manteve o perfil. No entanto, na década de 90, trocou outra vez de dono (Igreja Internacional da Graça de Deus) e passou, como muitas outras emissoras brasileiras, a difundir programas religiosos, perdendo completamente o estilo que marcou décadas.

Como toda criação humana, também *O Panorama* é fruto de uma época e de um olhar que mostra sua origem. É certamente o espírito do Romantismo que determina a escolha do exótico das flores, frutas e índios. Já o fato de ser portuguesa faz com que eleja os monumentos e edifícios coloniais como informação a ser destacada, ignorando praticamente por completo que, na ex-colônia, existia uma promissora literatura.

Recebido: 19 de março de 2011
Aprovado: 21 de maio de 2011
Contato: aparecida@mail.telepac.pt

²² Cf. Clarice Lispector (1978). *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 46 e 61.